

A infraestrutura verde como expressão da desigualdade socioespacial:

o caso dos loteamentos de acesso controlado e das favelas em Bauru/SP

Ryller Chrystian de Andrade Veríssimo
Silvana Aparecida Alves
Adalberto da Silva Retto Junior
Ana Maria Lombardi Daibem*

Resumo A pesquisa investiga a um só tempo a infraestrutura verde e cinza, visando comparar e analisar as desigualdades entre os loteamentos de acesso controlado: Pq. Residencial Paineiras e Jardim Shangri-Lá; e as favelas: Ferradura Mirim e Jardim Nicéia, em Bauru/SP. Objetiva-se estudar a infraestrutura verde como expressão das desigualdades socioespaciais presentes nesses bairros e que abarcam um intrincado quadro de problemas que perpassam escalas temporais e territoriais, perpetuado no planejamento urbano. Dessa forma, através das análises e da construção de cartografias desses bairros, buscou-se avaliar o panorama atual da cidade e os desafios para cenários futuros, visando uma transversalidade entre o planejador urbano, a sociedade e as políticas públicas, na mitigação das desigualdades sociais, ambientais e urbanísticas.

Palavras-chave: desigualdades socioespaciais, infraestrutura verde, planejamento urbano.

La infraestructura verde como expresión de la desigualdad socioespacial: el caso de los barrios de acceso controlado y las favelas en Bauru/SP

Resumen La investigación estudia al mismo tiempo la infraestructura verde y la gris, con el objetivo de comparar y analizar las desigualdades entre los barrios de acceso controlado: Residencial Paineiras y Jardim Shangri-Lá; y las favelas: Ferradura Mirim y Jardim Nicéia, en Bauru/SP. Se trata de estudiar la infraestructura verde como expresión de las desigualdades socioespaciales presentes en estos barrios y que engloban un intrincado entramado de problemas que abarcan escalas temporales y territoriales, perpetuadas en la planificación urbana. Así, a través del análisis y la construcción de cartografías de estos barrios, se buscó evaluar el panorama actual de la ciudad y los desafíos para los escenarios futuros, apuntando a una transversalidad entre el planificador urbano, la sociedad y las políticas públicas, en la mitigación de las desigualdades sociales, ambientales y urbanísticas.

Palabras clave: desigualdades socioespaciales, infraestructura verde, planificación urbana.

Green infrastructure as an expression of sociospatial inequality: the case of controlled access allotments and favelas in Bauru/SP

Abstract The research investigates at once the green and gray infrastructure, aiming to compare and analyze the inequalities between the controlled access allotments: Pq. Residencial Paineiras and Jardim Shangri-Lá; and the favelas: Ferradura Mirim and Jardim Nicéia, in Bauru/SP. The aim is to study the green infrastructure as an expression of sociospatial inequalities present in these neighborhoods and that encompass an intricate framework of problems that span temporal and territorial scales, perpetuated in urban planning. Thus, through the analyses and the construction of cartographies of these neighborhoods, sought to evaluate the current panorama of the city and the challenges for future scenarios, aiming at a transversality between the urban planner, society and public policies, in the mitigation of social, environmental and urbanistic inequalities.

Keywords: sociospatial inequalities, green infrastructure, urban planning.

A realidade das cidades atuais encarna um palimpsesto urbano¹ que se edificou ao longo de séculos, cujo traçado incorpora e expressa a desigualdade social que permeia a vida urbana. Assim, elas se tornam difusoras das mazelas humanas - ora latentes, ora patentes - e é papel do planejador urbano e das políticas públicas, não apenas descortinar esse intrincado quadro de problemas, como também fomentar e fornecer subsídios para sua mitigação.

Nesse sentido, é importante considerar que, sob uma construção histórica, o planejamento urbano atual segue sendo balizado por interesses de uma classe hegemônica, marcada pela lógica capitalista do mercado imobiliário que impõe suas vertentes na consolidação do espaço urbano. De certa forma, o urbanismo desenvolvido no presente não condiz com as demandas atuais e, através de novos contextos contemporâneos, perpetua problemas já vistos em outros momentos da história das cidades, enraizando uma notória característica de segregação socioespacial (MARICATO, 2000).

Diante disso, a partir desses desafios imbricados, o estudo dá luz ao papel que a infraestrutura verde (IEV) desempenha nesse processo, incorporando e refletindo as múltiplas desigualdades, cujos desdobramentos não são exclusividade da atualidade. A exemplo disso, um dos grandes momentos históricos que encarnou essa situação foi durante o período da Revolução Industrial em que, entre os séculos XVIII e XIX, a burguesia londrina e parte da nobreza passa a se alojar em espaços urbanos de qualidade, como o Bairro *Bloomsbury* e o *Regent Park*. Esses locais “constituem admiráveis trechos da cidade, suas casas unifamiliares e extensa vegetação se dispõem em feliz e harmoniosa integração”. Além disso, contavam com espaços verdes como a Praça Russel, com sua multifuncionalidade de “estar, lazer e esporte” (HOWARD, 1996, p. 12 e 13).

Antagonicamente, a realidade da classe trabalhadora daquela época expressa toda a desigualdade social que encontra, até os nossos dias, resquícios não superados. As habitações operárias se amontoavam em vielas tão estreitas “que não ficou entre as casas nenhuma polegada a construir”. Com isso, não havia espaços de convívio dentro das residências e as ruas, abarrotadas de pessoas, também não ofereciam qualquer tipo de qualidade urbana, tampouco de infraestrutura verde (HOWARD, 1996, p.18).

Anteriormente a isso, a nobreza que se instalava em Londres já buscava casas de campo com amplos jardins, mas, com a população crescente, tornou-se inviável manter os enormes jardins privados. Como a aristocracia queria determinar quem seriam seus vizinhos, surgiram as *squares* londrinas no século XVII, com um caráter hegemônico, já que ela poderia ser rodeada apenas pelas casas da alta sociedade (RASMUSSEN, 1982).

* Ryller Chrystian de Andrade Veríssimo é Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP; ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-2264-7425>>. Silvana Aparecida Alves é Arquiteta e Urbanista, Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-7163-7445>>. Adalberto da Silva Retto Junior é Agrônomo, Professor da Universidade Estadual Paulista - Unesp, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-3473-7097>>. Ana Maria Lombardi Daibem Pedagoga, Professora colaboradora do CENEPP/PROGRAD/UNESP e Professora/Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Bioética do Centro Universitário São Camilo.

Nota 1 da página anterior:

¹ Esse termo arqueológico também passou a ser usado no campo do urbanismo, associando esse vocábulo à formação do território que transita na relação entre o existente antigo e o novo, através de um processo complexo de camadas de tempo que se entremeiam. Ver em: CORBOZ, A. *El territorio como palimpsesto* (1983). In: *Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos*. Arteleku (trad.). Barcelona: Edicions UPC, 2004. p. 25-34.

Evidentemente que essas desigualdades acompanharam o desenvolvimento das cidades e seus processos de planejamento urbano. Logo, sem grandes dificuldades, se vê na cidade contemporânea bairros que ratificaram essas disparidades ao longo da história. Em São Paulo, se tem um desses maiores exemplos, o Bairro Jardim América, situado na região dos Jardins - junto dos bairros Jd. Europa, Jd. Paulista, Jd. Paulistano e Cerqueira César -, onde reside parte da elite paulistana, em alguns dos metros quadrados mais caros da capital.

De acordo com Wolff (2017), o Jardim América foi o primeiro bairro-jardim da cidade de São Paulo, construído a partir da segunda década do século XX, fruto da empresa imobiliária *Cia. City*, que teve como figura principal os arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker, cujo trabalho, aos moldes howardianos, se destacavam na Inglaterra. No entanto, o modelo de *Garden City* passou por mudanças nesse percurso, sobretudo de cunho social, dando início ao processo segregacionista que ocorreria. Sobre isso, a autora traz um relato pessoal de Barry Parker: “Eu gostaria de ter feito do Jardim América um “subúrbio sem cercas”, mas eu descobri que a opinião pública no Brasil não estava pronta para isso, tendo sido o preconceito muito forte para mim” (WOLFF, 2017, p.224).

A partir disso, considerando que o planejamento urbano incorpora essa densa trama de problemas e desigualdades, cuja complexidade e dimensão inviabilizam sua investigação em uma única pesquisa, o estudo se debruçou no contexto contemporâneo desse processo, sob o aspecto da IEV como expressão da desigualdade urbanística, que por sua vez reverbera a desigualdade social. Sobre isso, Maricato (2002) atenta para a importância de evidenciar as desigualdades urbanísticas, visto que elas têm menos visibilidade no Brasil, para não culminar no que a autora chama de “analfabetismo urbanístico”, cujos resultados são engendrados pela construção de um território segredado, que enrute a cidade informal e seus excluídos.

Diante dessas vertentes, buscou-se investigar e compreender como a implantação e o uso da infraestrutura verde em bairros residenciais de Bauru/SP estabelece uma forte relação hegemônica na estruturação urbana, como reflexo das desigualdades socioespaciais, com a intenção de trazer essa importante discussão para os dias atuais na cidade.

A fim de viabilizar o desenvolvimento desse estudo², foi realizada uma pesquisa qualitativa e adotou-se como método o estudo de casos múltiplos (YIN, 2001), através de comparações entre os bairros selecionados: Ferradura Mirim e Jardim Nicéia (favelas); Parque Residencial Paineiras e Jardim Shangri-Lá (loteamentos de acesso controlado). A delimitação desses bairros se deu devido ao forte caráter representativo que eles desempenham, possuindo pontos de convergência e divergência com os demais bairros de Bauru, permitindo refletir sobre cenários existentes e futuros na escala da cidade.

Para tanto, foram utilizadas múltiplas fontes de evidências (YIN, 2001), permitindo atingir desde a escala do planejamento até a escala do pedestre. Assim, foram consultados e analisados materiais bibliográficos (artigos, livros, dissertações e teses); materiais documentais e iconográficos (fotografias, cartografias, imagens de satélite e de *Street View* do *Google Earth Pro*, jornais, legislações, dados e índices censitários).

² Este artigo integra a pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do título de Especialista em Planejamento Urbano e Políticas Públicas.

O caso de Bauru

A expansão urbana sob a ótica da segregação socioespacial

A história de Bauru se inicia através da doação de patrimônio religioso, mas é através do binômio café-ferrovia que se marca o desenvolvimento urbano da cidade. Os trilhos, em paralelo aos cursos d'água nos fundos de vale, evidenciaram uma segregação territorial que está presente até a atualidade. A Estrada de Ferro Sorocabana foi a primeira ferrovia a ser inaugurada no município, em 1905, iniciando a fragmentação urbana que já era influenciada por questões morfológicas e foram reforçadas pelos trilhos. Em seguida, em 1906, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil chega na cidade, ratificando a descontinuidade espacial (CONSTANTINO, 2006; GHIRARDELLO, 2008).

Segundo Constantino (2006), mais tarde, em 1910, a Companhia Paulista se instala na cidade, sendo a única a não acompanhar integralmente os cursos d'água, resultando no fechamento de algumas ruas. Assim, a expansão da cidade foi se delineando, apresentando contrastes segregativos tanto territoriais quanto sociais, que permanecem no tecido urbano atual.

Essa situação é nítida na Zona Sul de Bauru, cujos parcelamentos do solo que ali se deram foram destinados a alta sociedade, como se constata ainda hoje. Ghirardello (2020, p.103) salienta que um conjunto de componentes facilitadores permitiram o desenvolvimento dessa região, envolvendo questões “históricas, usos, topografia e características de cada um dos espaços urbanos”.

Ainda, de acordo com o autor, a continuidade da região Sul em relação ao centro da cidade permitiu a ininterrupta da malha, que não encontrou barreiras para se estabelecer nessa zona urbana. A localização privilegiada mais ao alto do município permitia melhores condições de vida urbana, favorecendo sua valorização. A partir de 1920 deu-se início aos investimentos na área, em um movimento que buscava consolidá-la e dotá-la de infraestrutura, contando inclusive com o apoio e doações da municipalidade (GHIRARDELLO, 2020).

Com isso, a hegemonia social já começava a pautar o planejamento urbano da cidade, como destaca Ghirardello:

Há uma clara escolha no sentido de optar-se por determinados grupos sociais para as concessões, bem como para definições de usos considerados compatíveis com o setor, tido como zona nobre da cidade. (GHIRARDELLO, 2020, p. 104)

Em meados do século XX, sobretudo entre 1950 e 1960, Bauru tem seu processo de expansão intensificado, estendendo suas avenidas e criando novas, como é o caso da Av. Rodrigues Alves e Av. Nações Unidas, respectivamente. Por um lado, a cidade se dotava de infraestrutura cinza e verde, no entorno dessas importantes ligações. Por outro, o subúrbio era excluído do processo de melhorias urbanas no planejamento, onde as camadas mais pobres começam a se alojar, devido à desvalorização do solo, por conta da infraestrutura insuficiente, fomentando o processo de periferização (LOSNAK, 2004; ALVES 2008).

Essa expansão urbana esparsa, ocupando as áreas intersticiais da cidade com núcleos habitacionais, abrange interesses imobiliários e de exclusão socioespacial, conforme reflete Alves (2008, p.87):

Como a localização das moradias está vinculada à condição econômica e social do morador, os habitantes considerados de baixa renda, geralmente residem em habitações produzidas nas periferias das cidades, onde o custo da moradia e da terra é mais barato. [...] Esse processo de periferização, estratificação social e segregação espacial das classes mais pobres, muitas vezes contribuíram para gerar os vazios urbanos, porções de terras a espera de valorização com a chegada da infraestrutura. (ALVES, 2008, p.87)

Em paralelo a esse processo de segregação socioespacial - e também como reflexo dele - a cidade foi sendo dotada de infraestrutura de qualidade nas regiões mais próximas das áreas consideradas nobres, como na Zona Sul, além da área central de Bauru. Assim, nessas áreas se encontram a maioria das tipologias verdes mais representativas da cidade, como o Bosque da Comunidade, o Parque Vitória Régia e o “calçadão” de passeio na Av. Getúlio Vargas.

O planejamento urbano da cidade e seus desafios de expansão se deparam somente no final da década de 1970 com políticas públicas que balizaram o crescimento de Bauru, começando a considerar também os seus aspectos naturais e de proteção dos rios e áreas verdes, controlando mais intensivamente o parcelamento do solo. Isso se deu principalmente através da Lei Federal n. 6.766/79, que em Bauru foi respaldada pela Lei n. 2339/82³, estabelecendo normas para o parcelamento, uso e ocupação do solo na cidade. (CONSTANTINO, 2006).

³ Ver em: BAURU. Lei 2339 de 15 de fevereiro de 1982. *Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Bauru*. Bauru, SP, 15 fev. 1982.

⁴ Anteriormente, em 1967, foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Bauru (não implantado) pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos- CEPEU da FAU/USP (CONSTANTINO, 2006).

⁵ Lei nº. 4.126/1996. Ver em: BAURU. Lei 4.126 de 12 de setembro de 1996. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru*. Bauru, 12 set. 1996.

⁶ Lei nº. 5.631/2008. Ver em: BAURU. Lei 5.631 de 22 de agosto de 2008. *Plano Diretor Participativo do Município de Bauru*. Bauru, 22 ago. 2008.

⁷ Regulamentadas no Artigo 81. Ver em: BAURU. Lei 5.631 de 22 de agosto de 2008. *Plano Diretor Participativo do Município de Bauru*. Bauru, 22 ago. 2008.

Apenas em 1996, quase duas décadas depois, Bauru estabelece seu Plano Diretor⁴, através da Lei nº. 4.126/1996⁵. Por meio dele as diretrizes ambientais foram fomentadas, incluindo o reconhecimento da importância das áreas de fundos de vale, considerados como “elementos estratégicos na estruturação física e no desenvolvimento das funções sociais da cidade”. Esse instrumento também foi importante para a criação das Áreas de Proteção Ambiental - APAs e os Setores Especiais de Conservação de Fundo de Vale- SECs. Na prática, o plano pouco se consolidou, a exemplo da situação atual, cujos fundos de vale se encontram em processo de degradação (CONSTANTINO, 2006, p.243; GHIRARDELLO, 2020).

Nesse sentido, Ghirardello (2020, p.259) corrobora ao dizer que “ O Plano acaba por ser um arrolamento de boas intenções e indicações relevantes para se discutir a cidade, mas com pouco poder concreto de ação”. O autor também revela que, mais tarde, no Plano Diretor de 2008⁶, embora tenham sido incluídos outros importantes aspectos, como a criação das Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS⁷, ocorreu algo similar em relação à falta de efetividade do instrumento, destacando a questão hegemônica a qual se submete esse processo de planejamento urbano.

Dessa forma, a segregação socioespacial que se percebe atualmente na cidade de Bauru é fruto de uma concomitância de problemáticas, cuja solução, ou mesmo mitigação, é dificultada face às questões sociais e ambientais que são fortemente impactadas por uma dinâmica de interesses. Assim, se consolidou uma situação de dois extremos que são estudados nessa pesquisa e que, ao mesmo tempo, giram em torno de um eixo em comum: a segregação. Em um extremo, estão as favelas que foram excluídas da cidade formal, sem infraestrutura urbana planejada e privada de direitos básicos como moradia digna e lazer. No outro, os loteamentos com controle de acesso que escolheram se excluir da cidade, dotados de infraestrutura e oportunidades destinados à uma pequena parte da população.

Intersecções entre índices urbanísticos, sociais e ambientais

A relevância de articular os distintos aspectos e desigualdades de Bauru parte da contribuição de Maricato (2002, n.p.), considerando que:

é incorreto embora seja frequente separar aspectos sociais, econômicos, jurídicos e culturais dos aspectos urbanísticos e ambientais. A desigualdade social e econômica tem maior reconhecimento, na sociedade brasileira do início do século XXI, do que a desigualdade urbanística.

A partir disso fundamenta-se a análise dos aspectos urbanísticos e ambientais na cidade de Bauru, correlacionados aos aspectos sociais, econômicos e jurídicos. Primeiramente, é importante destacar que o município se localiza no Oeste Paulista, a aproximadamente 330 km da capital do Estado de São Paulo. Possui uma população estimada em 381.706 pessoas, considerando um aumento de aproximadamente 16,6% nas últimas duas décadas, entre 2000 e 2020. Considerando a extensão territorial de 667,684 km², Bauru consolida uma densidade demográfica de 515,12 hab/km² (IBGE, 2010 e 2021).

A cidade é a sede administrativa de 39 municípios que, juntos, totalizam 6,5% do território do Estado. De acordo com dados do IPRS (2018), que classifica a população por grupos, os municípios da Região Administrativa de Bauru se distribuem em: Dinâmicos (66,97%), Desiguais (11,00%), Em transição (10,87%), Vulneráveis (5,65%) e Equitativos (4,82%). Especificamente, Bauru se classifica como Dinâmico, o que significa que possui alto nível de Riqueza; e Longevidade e Escolaridade em nível Médio ou Alto.

No que concerne ao urbanismo e aspectos ambientais, entre alguns índices relevantes, de acordo com o IBGE (2010), ressalta-se que 98,2% do esgotamento sanitário é adequado, colocando a cidade em destaque, na 59ª posição no ranking entre as 5570 cidades brasileiras. No entanto, apesar desse quesito ser exemplar, é importante confrontar com outro dado, do Departamento de Água e Esgoto (2014, n.p), onde consta que “Bauru despeja seu esgoto in natura no Rio Bauru e seus 10 afluentes. São lançados aproximadamente 1000 L/s no Rio Bauru, sendo 85% despejo residencial e 15% despejo industrial”.

Além disso, Bauru conta com 93,9% de arborização de vias públicas (IBGE, 2010). A questão da arborização urbana é vital para a cidade, mas ainda encontra desafios na pauta do planejamento. Ghirardello (2020, p.124) destaca que “desde a década de 1970, aumentam-se os esforços dos sucessivos governos municipais no sentido de expandir a arborização urbana, especialmente junto às calçadas, devido ao calor da cidade.”

Um outro índice que merece atenção é a dos domicílios urbanos com urbanização adequada, cuja avaliação do IBGE (2010), em Bauru, constatou que 28% dos domicílios atendem essa demanda, considerando aspectos como “presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio”. Como visto anteriormente, a infraestrutura cinza é fundamental, uma vez que ela é um importante suporte para a infraestrutura verde. Logo, se a primeira não é adequadamente oferecida, indissociavelmente a IEV também será afetada.

Na dimensão social, um dos parâmetros de maior destaque é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, associando 3 fatores: renda, longevidade e escolaridade. Em Bauru, esse índice é elevado: 0,801 e, a fim de comparação, o primeiro colocado brasileiro é São Caetano do Sul (SP) com 0,862. Apesar desse índice positivo, é importante atentar para as desigualdades que permanecem ocorrendo no município e, mais que isso, têm aumentado. De acordo com dados da Confederação Nacional de Municípios, em 2019, cerca de 9,66% da população bauruense vivia em extrema pobreza (CNM, 2020). Essa situação provavelmente se agravou com a pandemia do COVID-19, cujos reflexos se darão nos próximos levantamentos desses índices.

Segundo um balanço feito pela CNM (2020), com base na comparação de indicadores entre 2017 e 2020, o município de Bauru apresentou variações negativas em três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o de Erradicação da Pobreza (-7,22), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (-1,15) e Educação de Qualidade (-0,89). Por outro lado, as maiores evoluções foram: Igualdade de Gênero (28,43), Saúde e Bem-estar (27,52) e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (25,47). Além disso, a Confederação fez uma análise por dimensões e as maiores variações foram: Econômica (290,28% de evolução), Social (204,78% de evolução), Meio Ambiente (11,90% de piora) e Institucional (18,56% de piora).

Os dados apresentados mostram contrastes em que, embora a cidade de Bauru apresente destaque positivo em importantes índices, a comparação com outros levantamentos apontam brechas e problemáticas consideráveis que precisam ser mitigadas e que são agravadas pelas desigualdades. Dessa forma, é imprescindível analisar os dados urbanos, sociais e ambientais correlacionando-os com a realidade da cidade, buscando estabelecer como eles se interseccionam. Isso permite indicar em quais pontos é necessário atuar e definir as estratégias de planejamento.

A infraestrutura verde e suas desigualdades nos loteamentos de acesso controlado e nas favelas em Bauru

A fim de buscar uma maior aproximação com a realidade apresentada nesta pesquisa, elegeu-se 4 locais representativos de Bauru, permitindo evidenciar os contrastes revelados nesse estudo, cujas desigualdades sociais se refletem também no planejamento da infraestrutura verde e na produção do ambiente urbano, valendo-se de um processo de dominação e segregação. Visando o cruzamento e a comparação entre os dados dessa análise, foram escolhidos modelos dicotômicos entre si, divididos entre dois loteamentos de acesso controlado e duas favelas, representados na Figura 1.

O Parque Residencial Paineiras e o Jardim Shangri-Lá, situados respectivamente na Zona Sul (próximo da Av. Getúlio Vargas) e sudoeste de Bauru (próximo da Av. Comendador da Silva Martha), foram selecionados para a categoria de loteamento de acesso controlado⁸, sendo que o primeiro foi aprovado em 1972 e o segundo posteriormente em 1976. Nesse período, “Bauru, como todos os municípios brasileiros, não possuía muitos instrumentos para interferir ou direcionar a ocupação urbana, levando em conta a paisagem natural”. Conforme visto anteriormente, os vetores de crescimento da cidade ainda não contavam com parâmetros legais mais robustos, sobretudo em relação ao parcelamento, uso e ocupação do solo, que foram normatizados com maior rigor a partir do início da década seguinte (GHIRARDELLO, 2020; CONSTANTINO, 2006, p.242).

⁸ De acordo com o Art. 78 da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, “Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.” (BRASIL, 2017). Ver em: BRASIL. *Lei 13.465 de 11 de julho de 2017*. Brasília, 11 jul 2017.



Figura 1: Mapa de Localização dos bairros. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir do Mapa Base de Bauru da SEPLAN (2013), e imagens de satélite e do Street View do Google Earth Pro (2012, 2021, 2022).

Em termos ambientais, o Plano Municipal de Conservação e Manejo da Mata Atlântica e do Cerrado- PMMA (2015) de Bauru destaca o trecho Samambaia-Paineiras como um fragmento de vegetação nativa, cuja área consta no Plano Diretor de 2008 como Área de Relevante Interesse Ecológico- ARIE.

A vegetação é típica de área transicional entre Mata Estacional Semidecídua e Cerrado, em estágios médio a avançado de regeneração ecológica, evidenciado por um sub-bosque rico em espécies, presença de espessa camada de serrapilheira, dossel em torno de 12 metros, e considerável diversidade biológica. [...] Em escala de paisagem, é possível observar diferentes fitofisionomias próximas à área do fragmento florestal, como a formação de brejo a oeste e formação de mata ciliar às margens do fragmento por onde passa o córrego acima mencionado. (PMMA, 2015, p.46 e 47)

Já o Jardim Shangri-Lá se encontra próximo ao fragmento florestal do Jardim Imperial, com bioma cerrado e traços de savana florestada, caracterizado parcialmente como ARIE. Também está perto da divisa da Área de Proteção de Manancial e próximo aos limites da APA do Rio Batalha, considerando que está situado na franja perimetral urbana. Essa localização permitiu que, embora seja considerado como urbano atualmente, o residencial ainda preserve a característica de chácaras, com extensas áreas verdes, tal qual foi concebido, mas transitou da função de recreio para moradia fixa (PMMA, 2015; BAURU, 2008; GHIRARDELLO, 2020).

Os referidos residenciais se destacam pela infraestrutura verde e cinza abundante e planejada, conforme destaca Ghirardello (2020, p.269):

Foram parcelados em área de cerrado e dotados de amplos lotes com guias, sarjetas, asfalto em sua parcialidade e água a partir de poços artesianos próprios, mas sem serviço de esgoto substituído, durante décadas pelas fossas. [...] Foram concebidos como verdadeiras chácaras urbanas, inicialmente distantes do centro e destinados às classes altas com algum espírito de aventura devido à dificuldade de acesso em seu início. (GHIRARDELLO, 2020, p.269)

Sobre esse tipo de loteamento, no zoneamento do município de Bauru, constam 21 com convênio para controle de acesso, grande parte situada na Zona Sul da cidade. Esse modelo de residencial fechado tem como precursor o Alphaville em São Paulo, na década de 1970, e que em Bauru será materializado pela primeira vez através do Pq. Residencial Paineiras. Esse padrão de residencial reforça as grandes disparidades sociais e urbanas, seapropriando de espaços públicos, incluindo as áreas verdes, em que “seus moradores podem contar com parques, salões de festas, jardins, lagos e equipamentos esportivos de uso comum (GHIRARDELLO, 2020, p. 272).

No Plano Diretor de 2008, são apontadas algumas diretrizes para os loteamentos de acesso regulamentado e condomínios horizontais, a respeito da continuidade das vias existentes, destinação de espaços ajardinados na calçada próximos aos muros e a “preservação da estética urbana”. Na prática, esses locais da cidade se apresentam como verdadeiras ilhas, sem oferecer qualquer tipo de qualidade urbana extramuros, priorizando sua função de segurança intramuros e a segregação socioespacial (BAURU, 2008, p. 15).

⁹ Não há uma definição concreta de favela na Constituição Federal de 1988. Segundo Cavallieri (2009, p.24), a primeira vez que se tem uma lei que define esse tipo de ocupação é no Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro (Lei Complementar N° 16, de 4 de junho de 1992), onde consta no "Art. 147: Para fins de aplicação do Plano Diretor (1992), favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais."

¹⁰ O nome oficial do Ferradura Mirim passou a ser Vila do Sucesso, a partir da regularização fundiária concluída em 2020, onde 750 matrículas foram efetuadas, impactando 950 famílias. Ver em: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. Prefeitura entrega títulos dos imóveis para as famílias do Ferradura Mirim. *Prefeitura de Bauru*, 2020. Disponível em: <<https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=37344>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

¹¹ O bairro tem uma situação particular, já que foi edificado em uma área doada para moradores em estado de vulnerabilidade. Mais tarde, surgiu uma família que se identificou como a verdadeira proprietária dessa terra. Essa situação ainda transita na justiça para regularização do bairro, se valendo do usucapião coletivo (ALVES; SANTOS, 2018, p. 2).

Confrontando essa realidade, o Ferradura Mirim, situado na Zona Leste, próximo da Avenida Cruzeiro do Sul; e o Jardim Niceia, na Zona Sudeste, próximo da Rodovia Marechal Rondon, foram os escolhidos para a categoria de favelas⁹ dessa pesquisa. Embora o primeiro tenha sido recentemente regularizado¹⁰ e o segundo se encontre em processo de regularização¹¹, ainda há um grande percurso para efetivar melhorias da qualidade de vida nesses lugares, cujas características de falta de infraestrutura urbana, moradias precárias e a pobreza, os mantêm nessa categoria (ALVES; SANTOS, 2018).

O Ferradura Mirim e o Jardim Niceia tiveram sua ocupação iniciada, respectivamente, a partir da década 1980 e início dos anos 1990. Esse período perpassa a adoção de uma legislação de parcelamento do solo "mais severa" que, por um lado, proporcionou melhorias na infraestrutura, mas, por outro, favoreceu a ocupação desigual do território que já vinha ocorrendo, considerando que "os preços dos terrenos dos novos loteamentos, mesmo aqueles em regiões menos valorizadas, cresceram de forma exponencial retirando da população de baixa renda a possibilidade de adquirir um lote." (GHIRARDELLO, 2020, p. 100 e 101).

Junto dessas duas ocupações, nos levantamentos feitos pela prefeitura de Bauru para revisão do Plano Diretor Participativo (de 2008), constavam 22 favelas no município, abrangendo aproximadamente 8800 pessoas e 3000 barracos, sendo que muitos deles se encontram em Áreas de Proteção Permanente - APPs e outros em áreas verdes, como por exemplo, o Parque Jaraguá. Nesse sentido, como foi abordado anteriormente, a criação das ZEIS no Plano de 2008, foi importante para identificar as áreas de favelas e outros pontos vulneráveis da cidade, para identificar áreas passíveis de urbanização ou com necessidade de remoção (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2006).

No quesito ambiental, o PMMA (2015) de Bauru insere o Ferradura Mirim como um dos limites do fragmento florestal Aymorés-Tangará, a oeste desse fragmento, caracterizando-o como:

*A área em questão situa-se em uma matriz urbana que ainda guarda considerável vegetação nativa, embora bastante fragmentada. O fragmento apresenta vegetação na forma de Cerradão, em estágios médio a avançado de regeneração ecológica, com 115 ha de extensão[...]. A área é bastante heterogênea em número de árvores, com grande variabilidade estrutural. Há uma mancha florestal desmatada de aproximadamente 1 ha, provavelmente resultante de antiga pastagem, e agora colonizada em sua maior parte por braquiária (*Brachiaria decumbens*). (PMMA, 2015, p.45)*

Já em relação ao Jardim Niceia, o PMMA (2015, p 42 e 43) o classifica como pertencente ao fragmento florestal Jardim Nicéia- Santos Dumont, também é caracterizado como ARIE no Plano Diretor e apresenta danos ambientais:

A área possui característica do bioma Cerrado, de fisionomia florestal Cerrado sensu stricto. Pode-se observar a existência de três estágios de regeneração, inicial, médio e avançado, em decorrência de antigo desmatamento e outras intervenções não autorizadas no interior e borda do fragmento. Mesmo assim, tal área florestada, de 32,8 ha, apresenta importância na conservação da diversidade biológica local, por possibilitar conectividade, ainda que estreita e seletiva, com o fragmento florestal antecedente [...]. As clareiras nesse fragmento são formadas: por causas naturais

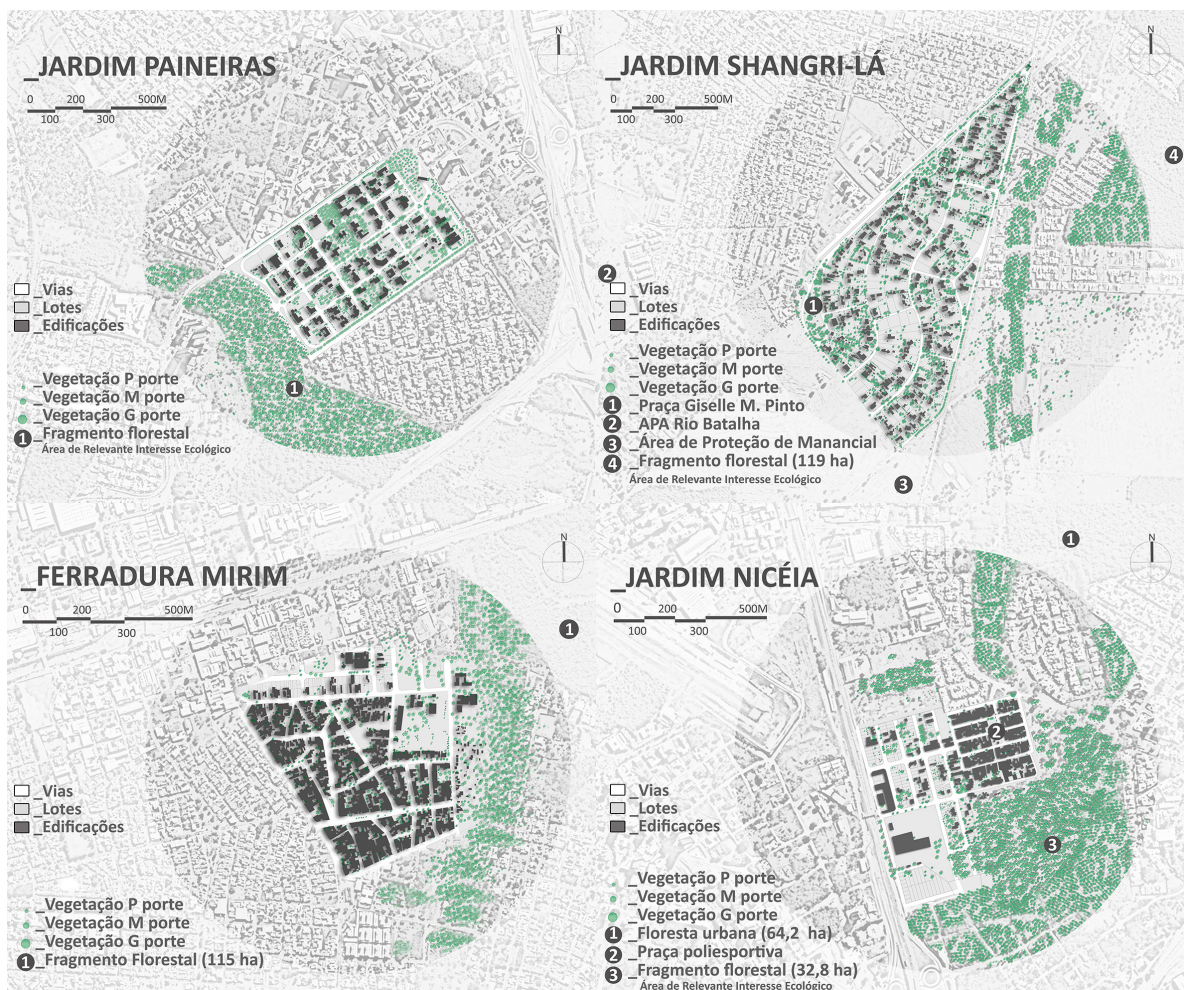
devido à queda de grandes árvores, onde nota-se abundante presença de lianas; pela ação humana para criação de trilhas e ateamento defogo em restos vegetais e; falhas no escoamento das águas pluviais no interior da mancha florestal, caracterizando-se erosão (PMMA, 2015, p 42 e 43).

Esse tipo de ocupação expressa um intrincado cenário de desigualdades, que permeiam questões de ordem ambiental, social e urbana. O Observatório das Favelas, que é uma organização social, elencou pontos que caracterizam as favelas, entre os quais se destacam: “Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços”; “Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade” e a “Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental” (SILVA et al., 2009, p. 22e 23).

¹² Método de McHarg para sobreposição de cartografias. Ver em: MCHARG, I. *Design with Nature*. New York: John Wiley & Sons, 1992.

Figura 2: Mapa Geral da infraestrutura verde e cinza dos bairros estudados. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir do Mapa Base de Bauru da SEPLAN (2013) e Imagens de Satélite do Google Earth Pro (2021).

A partir dessas ponderações, propõe-se, neste primeiro momento, um panorama geral da infraestrutura verde e cinza dos bairros selecionados para o estudo de caso. Esta cartografia geral (Figura 2) visa estabelecer uma leitura inicial comparativa com camadas sobrepostas¹² que serão estudadas na sequência.



Na próxima seção, inicialmente foi cartografada e analisada a infraestrutura verde e, em seguida, a infraestrutura cinza que se relaciona diretamente com a primeira. É importante ressaltar que, embora tenham sido descritas em camadas separadas para facilitar a compreensão do fenômeno estudado, essas infraestruturas estão imbricadas como na Figura 2. Isso porque, de modo geral, a IEV é sempre vista como um “acessório” do planejamento, abarcada pela infraestrutura urbana, gerando uma evidente separação entre o que seria a infraestrutura verde e a infraestrutura cinza. No entanto, considerando a abrangência da IEV, constata-se que não é possível classificar, com tamanha nitidez, apenas considerando os elementos “verdes” como sendo infraestrutura verde, já que existem inúmeras infraestruturas cinzas que permitem o suporte e funcionamento da IEV. A partir disso, adota-se o termo *The green e gray continuum*, que destaca o elo entre os distintos tipos de infraestrutura e o quanto eles estão inter-relacionados (DAVIES et al., 2006).

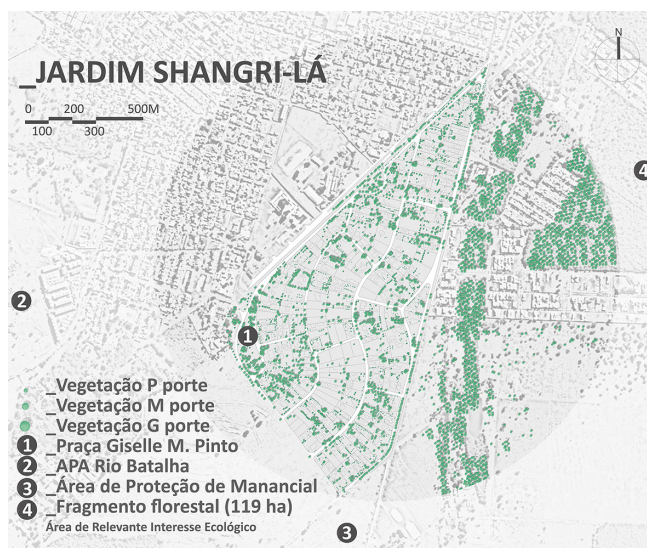
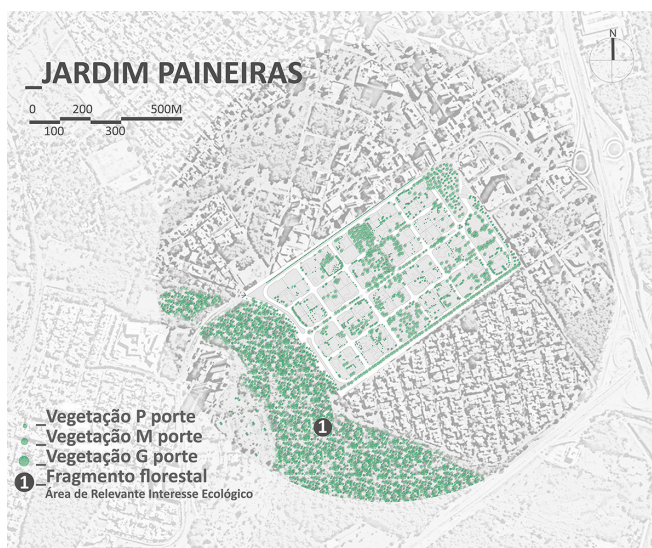
Análise dos loteamentos de acesso controlado em Bauru

Parque Residencial Paineiras e Jardim Shangri-Lá

Através das análises constatou-se que a vegetação dos bairros se distribui de forma ordenada e harmoniosa. As cartografias (Figuras 3 e 4) evidenciam a presença de ruas que se constituem praticamente como bulevares, com ampla arborização, sobretudo no Jd. Paineiras. Nos lotes se percebe a existência de um planejamento de plantio, provavelmente fruto de projetos paisagísticos elaborados especificamente para atender as necessidades e desejos de cada morador.

Figuras 3 e 4: Mapa da Infraestrutura Verde do Jardim Paineiras e do Jardim Shangri-Lá. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir do Mapa Base de Bauru da SEPLAN (2013) e Imagens de Satélite do Google Earth Pro (2021).

As espécies vegetais, em sua grande maioria, também foram planejadas, principalmente conforme valores estéticos, contando com a presença de plantas ornamentais como as imponentes palmeiras e árvores coníferas, pouco vistas em bairros mais populares. Os jardins são dotados de infraestruturas que permitem uma série de atividades de lazer, como quadras esportivas, piscinas, lagos, quiosques e espaços de festas.



A vegetação, em muitos casos, além de ornamental, se configura como recreativa, com espaços de contemplação e pomares privados. É comum e perceptivo o uso da vegetação como cercas vivas, de forma a garantir, ainda mais, a privacidade dos moradores.

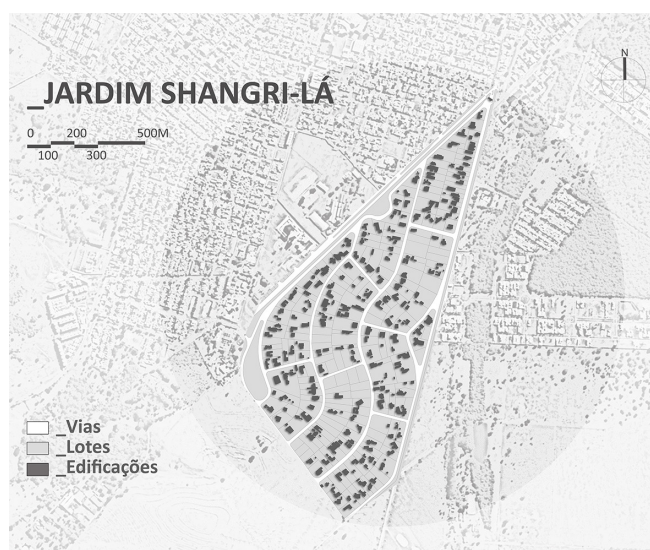
As edificações são ladeadas por extensos jardins, destacando inclusive as árvores de grande porte que, sob intenso cuidado, tiveram oportunidade de se desenvolver. Sendo assim, a manutenção dos jardins geralmente é feita por jardineiros profissionais e, particularmente no Jd. Shangri-Lá, o residencial disponibiliza a limpeza e manutenção das áreas verdes privadas dos moradores, que contam com 6 funcionários encarregados pelo trabalho em campo¹³. Além disso, os moradores desfrutam de uma praça privada que se situa dentro dos limites do loteamento.

¹³ Ver em: JARDIM SHANGRI-LÁ. Serviços. *Jardim Shangri-Lá*, c 2021. Disponível em: <<http://www.jardimshangrila.com.br/servicos>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Atenta-se para o fato de que ao lado do Pq. Residencial Paineiras se encontra um fragmento florestal previsto no Plano Diretor como ARIE. O mesmo ocorre no Jardim Shangri-Lá que, além do fragmento, se localiza próximo de Áreas de Proteção Ambiental/Manancial (PMMA, 2015). Uma vez que esses bairros se encontram praticamente isolados da malha urbana, por conta de sua própria constituição morfológica, essas áreas verdes adjacentes se apresentam com grande potencial sistêmico para mitigar a segregação e cumprir seu papel socioambiental, sendo extremamente fundamental fiscalizá-las para que não sejam elitizadas como um oásis verde privado, como já ocorre intramuros.

Figuras 5 e 6: Mapa da Infraestrutura cinza do Jardim Paineiras e do Jardim Shangri-Lá. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir do Mapa Base de Bauru da SEPLAN (2013) e Imagens de Satélite do Google Earth Pro (2021).

Em relação a infraestrutura cinza, as cartografias (Figuras 5 e 6) evidenciam o desenho planejado das vias internas dos bairros, com bom dimensionamento. No caso do Jd. Paineiras o traçado reticulado integra os quarteirões e permitem uma conexão rápida entre todo o bairro. Em relação ao Jd. Shangri-Lá, destaca-se seu traçado orgânico, aos moldes da Cidade Jardim Howardiana (HOWARD, 1996).



Além disso, as quadras contam com calçamento adequado, do ponto de vista da largura e da conservação, bem como o leito carroçável que é asfaltado e em excelente estado de manutenção. Em alguns casos o calçamento dá lugar a áreas ajardinadas, já que os moradores pouco usam as calçadas a fim de passeio. No Paineiras os nomes das vias homenageiam espécies vegetais, como por exemplo a Avenida das Tipuanas e a Alameda das Espatódeas. Já o Shangri-Lá nomeia suas ruas em homenagem a personalidades regionais, nacionais e internacionais.

A estrutura dos loteamentos de acesso controlado inviabiliza uma conexão entre a cidade e o bairro, gerando um obstáculo intransponível entre essas localidades e o restante de Bauru. Os muros do Paineiras e Shangri-Lá têm, respectivamente, por volta de 2,30 Km e 4,83 Km de perímetro¹⁴. Isso restringe deslocamentos e prejudica a mobilidade urbana e o direito à cidade.

A respeito dos lotes, em ambos os bairros, suas grandes extensões se assemelham a chácaras urbanas, em especial no Jd. Shangri-Lá, com grandes áreas impermeáveis. “Os lotes variam de [...] 2.500 metros quadrados, ou fração, no Paineiras e 8.500 metros quadrados, ou fração, no Shangrilá” (GHIRARDELLO, 2020, p. 269). Ao observar a projeção das edificações nos mapas, ratifica-se a grandeza dos lotes.

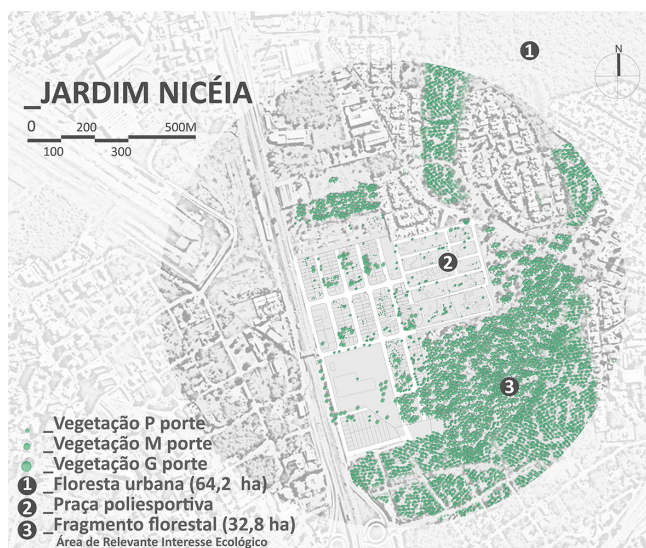
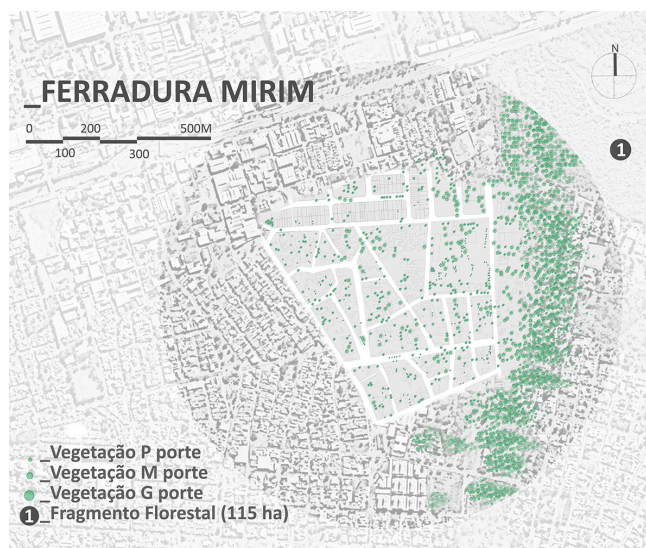
Análise das favelas em Bauru

Ferradura Mirim e Jardim Nicéia

Através das análises, constata-se que a presença de vegetação dentro dos bairros é pouco significativa, sobretudo no Jd. Nicéia, conforme se observa nas cartografias (Figuras 7 e 8). As árvores têm dificuldade em se desenvolver, devido à falta de manutenção, sendo incomum a presença de vegetação de grande porte. Não há um plano definido de plantio e as espécies, em algumas circunstâncias, são inadequadas para o local em que foram inseridas.

¹⁴ Dado levantado e estimado pelos autores a partir de imagens de satélite do Google Earth Pro (2021) e do Mapa Base da SEPLAN de Bauru (2013).

Figuras 7 e 8: Mapa da Infraestrutura verde do Ferradura Mirim e do Jardim Nicéia. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir do Mapa Base de Bauru da SEPLAN (2013) e imagens de Satélite do Google Earth Pro (2021).



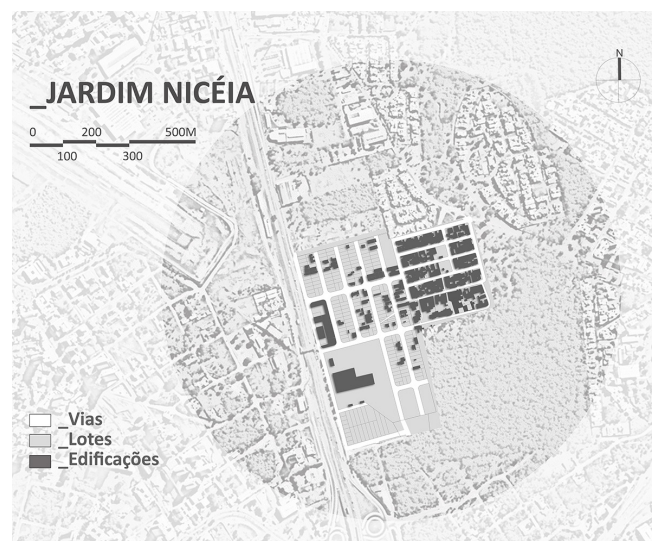
A área verde e recreativa mais expressiva do Jd. Nicéia é a praça e a quadra poliesportiva, inauguradas em 2013, que são um êxito do grupo de pesquisa ArqHab da Unesp/Bauru, que desenvolveu o projeto em atividade de extensão universitária. Esse local é praticamente o único espaço que a população tem para usufruto de lazer, convivência e bem-estar, destacando o papel fundamental dessa iniciativa e salientando a necessidade de mais ações socioambientais como esta. No entanto, por questões de falta de manutenção, a vegetação prevista ainda não se consolidou (ALVES; SANTOS, 2018).

No caso do Ferradura Mirim, há apenas alguns espaços improvisados, com bancos colocados sob a sombra das árvores. Outro aspecto é que, por serem demasiadamente adensados, não há espaço para grandes áreas ajardinadas, restringindo a vegetação à árvores isoladas.

Ambos os bairros estão próximos de fragmentos florestais e, no caso do Jd. Nicéia, de uma ARIE, porém, os moradores não têm qualquer tipo de uso recreativo ou de lazer nessa vegetação, sequer contemplativo (PMMA, 2015). Pelo contrário, a vegetação nativa sofre com descarte incorreto de resíduos sólidos, desmatamento, assoreamento dos corpos d'água próximos, sendo inclusive invadida por moradias precárias. Dessa forma, embora estejam rodeados por uma vegetação significativa, não há uma relação harmônica entre eles, anulando qualquer possibilidade de contato com a natureza.

Sob a ótica da infraestrutura cinza, como se constata nas cartografias (Figuras 9 e 10), o traçado urbano do Ferradura Mirim é irregular, incluindo ruas sem saída. A maior parte das vias são estreitas e de terra, sem calçamento e guias. No Jardim Nicéia essa situação é atenuada, já que o bairro foi loteado com traçado regular, permitindo uma melhor mobilidade. No entanto, também há algumas ruas sem asfalto, sem calçadas e as dimensões das vias em alguns trechos não é satisfatória.

Figuras 9 e 10: Mapa da Infraestrutura cinza do Ferradura Mirim e do Jardim Nicéia. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir do Mapa Base de Bauru da SEPLAN (2013) e Imagens de Satélite do Google Earth Pro (2021).



A identificação das ruas é feita apenas por números e algumas delas sequer têm qualquer tipo de nomeação, negando o direito dessas pessoas de ao menos ter um endereço fixo nomeável, sendo excluídos da cidade formal.

Os lotes têm tamanhos restritos e, pela informalidade sob as quais eles foram construídos, se torna impreciso afirmar os seus dimensionamentos. Porém, diferentemente do Pq. Paineiras e Jd. Shangri-Lá, no caso das favelas, o lote é ocupado amplamente por área construída, restando pouco espaço permeável ou de lazer para os moradores. As projeções das edificações formam verdadeiros maciços, borrando os limites entre o fim de uma residência e o início da outra, mostrando o quanto esses locais são excessivamente adensados.

Nesse sentido, a arborização desses pontos da cidade fica comprometida, uma vez que não dispõe de uma infraestrutura que possa subsidiar sua implantação e desenvolvimento. Embora haja uma densidade populacional concentrada nesses bairros, praticamente não existem espaços de convivência, lazer e bem-estar, uma vez que as próprias residências ocupam a maior parte dos lotes.

Considerações finais

Através das análises, observações e intersecções comparativas entre os documentos, bibliografias e cartografias dos loteamentos de acesso controlado: Parque Residencial Paineiras e Jardim Shangri-Lá; e das favelas: Ferradura Mirim e Jardim Nicéia, ratifica-se a ideia de que estas estão muito aquém das condições mínimas de dignidade de vida urbana, em relação àqueles.

Os problemas perpassam questões que vão desde a condição das moradias, da infraestrutura cinza (como o arruamento, calçamento e dimensão dos lotes), e, por fim, da infraestrutura verde, que se baliza por essas condicionantes anteriores, ora de abundância, no caso dos loteamentos de acesso controlado, ora de carência, no caso das favelas.

Com isso, as avaliações descortinam um panorama problemático de desigualdades que tangem parâmetros ambientais, urbanos e sociais. De um lado, o Pq. Residencial Paineiras e o Jardim Shangri-Lá, com casarões ajardinados, dotados de ordenamento e uma série de privilégios como piscinas, quadras, salões de festa, pomares, hortas e praças privativas para os moradores. De outro, o Ferradura Mirim e o Jd. Nicéia, com moradias precárias inseridas em lotes tão densamente ocupados, que, em muitos casos, sequer sobra algum espaço para o cultivo ou plantio de vegetação, além da carência por espaços de convívio.

Essa realidade não se restringe apenas aos bairros estudados, conforme as colocações abordadas durante o estudo, que revelam que o cerne dessa questão está profundamente relacionado com o próprio desenvolvimento e planejamento urbano, que perpetuou padrões de desigualdade e contribuiu para a construção de cidades segregacionistas, constituindo barreiras que transcendem a instância territorial e permeiam as vivências sociais que se dão nesse espaço, submetido a um processo hegemônico, conforme apontam os autores mencionados ao longo da pesquisa e comprovado nos estudos de caso apresentados.

Nesse sentido, não é apenas a existência dos muros físicos dos loteamentos de acesso controlado que separam a elite da população vulnerável. Eles estão separados, sobretudo, pelas desigualdades de acesso às oportunidades e a discrepância na forma de experimentar a vida urbana e o verde na cidade.

Através dessas constatações, começa a se delinear a edificação de cenários possíveis, como forma de mitigar as problemáticas enfrentadas por esses bairros. Assim, projetos socioambientais como do grupo “Amigos do Niceia”, com respaldo do grupo de pesquisa ArqHab - UNESP, são fundamentais para aproximar a Universidade da realidade local e, mais que isso, colaborar efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dessa população vulnerável, além de difundir a educação socioambiental com participação ativa da comunidade.

Em contrapartida, esses movimentos sociais não são vistos nos condomínios com controle de acesso, e os motivos são explícitos, conforme apresentado. Nesse caso, a vida em comunidade se restringe ao perímetro dos loteamentos, isto é, a convivência se dá intramuros. Nem mesmo as leis básicas são seguidas, como o Plano Diretor do Município de Bauru, onde constam diretrizes para esses loteamentos de acesso regulamentado, a respeito da continuidade das vias existentes na cidade, da destinação de espaços ajardinados na calçada próximos aos muros e da “preservação da estética urbana”. Assim, as análises dessa pesquisa comprovam que, na prática, algumas dessas premissas não se consolidam.

Diante dessa perspectiva, se reforça que o caminho que conecta os cenários existentes com os cenários futuros - objetivando mitigar paulatinamente as diferenças sociais, ambientais e urbanas - está na transversalidade que deve se estabelecer entre as políticas públicas/ governança, os planejadores urbanos e a sociedade, fomentando cidades mais dinâmicas e democráticas.

Desse modo, a melhoria da infraestrutura verde, deve ser antecedida, ou mesmo acompanhada, por uma série de premissas, que vão desde o aperfeiçoamento da infraestrutura cinza, a atenuação das desigualdades sociais e a garantia da efetividade das políticas públicas. Tendo em vista que a IEV reflete e consubstancia as desigualdades presentes em cada um desses processos, não há como pensar de modo setorizado essas questões que são intrincadas, tornando-se necessária uma visão multidisciplinar e abrangente.

Referências bibliográficas

ALVES, S. A.; SANTOS, C. T. *Avaliação da Percepção Ambiental dos moradores de uma Favela após a implantação de uma Praça*. 8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL: Cidades e Territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios. PLURIS 2018.

ALVES, S. A. *Habitação Social na Cidade de Bauru – SP*. In: FONTES, M. S. G. C., GHIRARDELLO, N. (Org.). *Olhares Sobre Bauru*. Bauru, 2008, v. 1000, p. 33-44, 2008.

BAURU. Lei 4.126 de 12 de setembro de 1996. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru*. Bauru, 12 set. 1996.

_____. Lei 5.631 de 22 de agosto de 2008. *Plano Diretor Participativo do Município de Bauru*. Bauru, 22 ago. 2008.

- CAVALLIERI, F. Favelas no Rio – a importância da informação para as políticas públicas. *In: Silva, J. S., Barbosa, J. L., Biteti, M. O., & Fernandes, F. L. (2009). O que é a favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório das Favelas.*
- CONSTANTINO, N. R. T. As permanências na paisagem: os fundos de vale em Bauru. *Paisagem e Ambiente*, v. 22, p. 238 - 245, 2006.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Mandala ODS Bauru. *CNM*, 2020. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/municipios/registros/100135/100135068>>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- DAVIES, C; MCGLOIN, C; MACFARLANE, R ; ROE, M. *Green Infrastructure Planning Guide*. Versão 1:1, 2006.
- GHIRARDELLO, N . Primórdios da formação urbana de Bauru: 1885-1920. *In: FONTES, Maria Solange G. C., GHIRARDELLO, Nilson. (Org.). Olhares Sobre Bauru*. Bauru, 2008, v. 1000, p. 33-44.
- _____. *Bauru em temas urbanos*. Tupã: Editora ANAP, 2020.
- HOWARD, E. *Cidades-Jardins de amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonego, Introdução: Dácio Araújo Benedito Otoni. São Paulo, Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.
- IBGE. Brasil/ São Paulo/ Bauru. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bauru/panorama>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- IPRS. Índice Paulista de Responsabilidade Social. *Região Administrativa de Bauru*. São Paulo, 2018.
- LOSNAK, C. J. *Polifonia Urbana*. Bauru: EDUSC, 2004.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. *In: ARANTES, A.; MARICATO, E.; VAINER C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 121-192.
- _____. Erradicar o analfabetismo urbanístico. *Revista Fase*, 2002. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/maricato_analfabetismourbano.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2020.
- PMMA. *Plano Municipal de Conservação e Manejo da Mata Atlântica e do Cerrado*. Bauru, 2015.
- PNUD. Ranking IDHM Municípios 2010. *Undp.org*, 2010. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>> Acesso em: 10 jan. 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. *Plano Diretor Participativo - Etapas do Projeto*. Prefeitura de Bauru, 2006. Disponível em: <https://sites.bauru.sp.gov.br/arquivos/website_planodiretor/website_planodiretor_etapas.pdf>. Acesso em 01 mar. 2021.
- RASMUSSEN, S. E. *London, the unique city*. Cambridge: MIT Press, 1982
- SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. O.; FERNANDES, F. L. (2009). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório das Favelas.
- WOLFF, S. Jardim América: da casa de alguns a território preservado da metrópole? Preservação dos bairros-jardins (desde o modelo e concepção). *Revista CPC*, (22), p.217- 232, 2017.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2ed. Porto Alegre:Bookman, 2001.

Recebido [Abr. 02, 2023]

Aprovado [Out. 15, 2023]